



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº010/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Riachuelo, instituída pela Portaria nº 008/2021, de 04 de janeiro de 2021, vem, em atendimento ao art. 26, *caput* da Lei nº 8.666/93, apresentar Justificativa para formalização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando a solicitação da Secretaria de Planejamento e Finanças para à contratação da empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA**, empresa de prestação de serviços tributários na elaboração de impugnação dos índices provisórios de ICMS, publicado através do Ato Deliberativo nº972/2021 de 17 de junho de 2021, exarado pelo Tribunal de Contas.

Considerando a inviabilidade de competição, a discricionariedade da Administração e a necessidade de contratação de empresa prestação de serviços tributários na elaboração de impugnação dos índices provisórios de ICMS, publicado através do Ato Deliberativo nº972/2021 de 17 de junho de 2021, exarado pelo Tribunal de Contas;

Considerando que, o desempenhar das ações da administração pública estão cingidas ao princípio da legalidade, ou seja, o administrador só pode atuar nos estritos limites do que dispõe a legislação pertinente.

Considerando que, na forma do art.3º parágrafo 7º da Lei Complementar 63/90 orienta que os Prefeitos Municipais e Associações de Municípios, ou seus representantes, poderão impugnar, no prazo de trinta dias corridos, a contar da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

publicação deste Ato Deliberativo, os dados e os Índices Provisórios nele estabelecidos, sem prejuízo das ações civis e criminais cabíveis.

Nesse sentido, a contratação de uma empresa que demonstre experiência de sua equipe é fundamental para atingir o objetivo dessa contratação que irá contribuir para uma melhor e regular prestação dos serviços públicos municipais.

Considerando que, em sede do exercício de atribuições e demandas do Município os respectivos órgãos competentes da estrutura administrativa municipal necessitam estar em total consonância com as demandas sociais, inovando, reciclando e tornando transparentes e sustentáveis as ações do Poder Público.

Considerando que, o atingimento deste conceito perpassa pelo conhecimento da legislação vigente em todos os seus níveis e aspectos, onde suas ações se baseiam no tripé do planejamento adequação jurídica e execução assistida.

Considerando que, Hely Lopes Meirelles, esclarece que:

“Serviços técnicos profissionais são todos aqueles que exigem habilitação legal para a sua execução. Essa habilitação varia desde o simples registro do profissional ou firma na repartição administrativa competente, até o diploma de curso superior oficialmente reconhecido. O que caracteriza o serviço técnico é a privatividade de sua execução por profissional habilitado, seja ele um mero artífice, um técnico de grau médio ou um diplomado em escola superior”.

E, nesta sintonia, acrescenta:

“Além da habilitação técnica e profissional normal, são realizados por quem se aprofundou nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento. São serviços de alta especialização e conhecimentos pouco difundidos entre os



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

demais técnicos da mesma profissão. Esses conhecimentos podem ser científicos ou tecnológicos, vale dizer, de ciência pura ou de ciência aplicada ao desenvolvimento das atividades humanas e às exigências do progresso social e econômico em todos os seus aspectos.”

Considerando que o serviço pretendido não se trata de publicidade e divulgação, e sim de assessoria e consultoria técnico especializado, o qual está perfilhado no artigo 13, III, da Lei 8666/93, não restando nenhuma dificuldade de entendimento.

Considerando que a empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA**, mantém contratos com várias empresas públicas, celebrados “com inexigibilidade de licitação”.

Considerando que a escolha da empresa se dá em virtude de possuir vasta experiência em Assessoria Pública por prestar serviços em várias Prefeituras, no Estado de Sergipe, como também, a empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA** vem desempenhando na nossa Administração, seu trabalho com excelência, tecnicidade necessária e a nosso contento.

Considerando que a empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA**, inspira elevado grau de confiança à atual Administração, para executar o objeto do contrato a ser pactuado;

Considerando que a natureza singular do serviço é de difícil conceituação, pois serviços singulares são, na opinião de grande parte da doutrina, **“aqueles que apresentam características tais que inviabilizam ou pelo menos, dificultam, e**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

muito a sua comparação com outros”, e como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello “Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais”.

Considerando que a inexigibilidade de licitação se configura perfeitamente no caso concreto, pois o objeto em questão no nosso entendimento, é de natureza singular, por conta de suas características particulares, conhecimentos especializados, qualidades insuscetíveis, enfim, considera-se serviço inviabilizador de qualquer competição;

Considerando que é praticamente impossível comparar serviços cuja realização ou resultado decorre de conhecimento, de técnica e de cultura do ser humano, adquiridos no perpassar dos anos de sua atividade profissional, e que a notória especialização diz respeito justamente às qualidades técnicas que o profissional ou empresa goza na sociedade, fruto do acumulado conhecimento em contratações anteriores;

Considerando que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração;

Considerando que nos cabe atentar para o que diz o § 1º, do art. 25, da Lei nº 8.666/93, pois de acordo com o qual, a notória especialização do profissional ou de empresa, decorre justamente do conceito que dele ou dela se faz, diante de suas atividades pregressas e de outros requisitos, e que permitem inferir “... que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

Considerando que o trabalho e nível de conhecimento do corpo técnico que compõe a empresa permite à Administração considerar que poderão de forma adequada, satisfazer plenamente aos objetivos do contrato;

Considerando que para a realização deste serviço é necessário que o futuro contratado possua habilitação técnica, que nada mais é que a capacidade legal para a consecução do serviço, e temos na empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA**, a segurança que os seus profissionais possuem habilitação suficiente para atender os anseios da administração, e os mesmos serão os responsáveis diretos para a execução dos serviços elencados na proposta da empresa em epígrafe, atendendo assim o disposto no art. 13, § 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando que o preço apresentado para o cumprimento do objeto encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os praticados no mercado;

Considerando que Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, relaciona no seu livro Contratação Direta sem Licitação, quais seriam as condições indispensáveis para esse tipo de contratação:

que se trate de serviço técnico, que o serviço esteja elencado no art. 13, da Lei 8666/93, que o serviço apresente singularidade, que o serviço não seja de publicidade e divulgação; que o profissional ou empresa detenha a habilitação pertinente; que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido; que a especialização seja notória e que notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela administração.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

Tendo restado comprovado todos os requisitos necessários à contratação, e por tudo descrito, opinam essa Comissão de Licitação, pela prestação de serviços tributários na elaboração de impugnação dos índices provisórios de ICMS, publicado através do Ato Deliberativo nº972/2021 de 17 de junho de 2021, exarado pelo Tribunal de Contas, através da empresa **ELCONTRI ASSESSORIA e CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA**, com inexigibilidade de licitação de acordo com o art. 25, II, c/c art. 13, II da Lei 8666/93.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do município de Riachuelo, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que deverá ser publicada na imprensa oficial, como atribuição de eficiência, atendendo ao disposto no caput do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Riachuelo /SE, em 01 de Julho de 2021.

IZAURA MARIA MOURA FERREIRA ALMEIDA
PRESIDENTE DA CPL

Ratifico, e publique-se,

Prefeito Municipal
Peterson Dantas Araújo